



PM-PI

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ

Soldado

Questões gabaritadas
da banca FCC
Legislação comentada
Conteúdo de acordo com o
Edital nº 01/2026



- Língua Portuguesa
- Redação Discursiva
- Noções de Informática
- Conhecimentos Gerais
- Conhecimentos Regionais do Estado Do Piauí
- Constituição Federal
- Constituição do Estado do Piauí
- Noções de Direito Administrativo
- Raciocínio Lógico e Matemática Básica (On-line)
- Legislação da Polícia Militar do Estado Do Piauí (On-line)
- Direito Penal (On-line)
- Legislação Especial (On-line)

DE ACORDO COM EDITAL Nº 01/2026

Polícia Militar do Estado do Piauí

PM-PI

Soldado

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Soldado de acordo com o Edital nº 01/2026, da Polícia Militar do Estado do Piauí (PM-PI).

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca FCC, organizadora contratada para a realização do certame, e também um complemento de bancas variadas, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Raciocínio Lógico e Matemática Básica, Legislação da Polícia Militar do Estado Do Piauí, Direito Penal e Legislação Especial* disponíveis em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE TEXTOS DE GÊNEROS DIVERSOS CONSIDERADOS EM SUAS RELAÇÕES SEMÂNTICO-GRAMATICAS.....	11
■ SIGNIFICAÇÃO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES EM CONTEXTOS DIVERSOS	20
■ A LINGUAGEM CONSIDERADA EM SEUS ASPECTOS DE VARIAÇÃO E FUNÇÃO.....	22
■ ESTRUTURA E ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO	23
■ VÍCIOS DE LINGUAGEM.....	24
■ A LINGUAGEM FIGURADA.....	26
■ A LÍNGUA PORTUGUESA EM SUA ESTRUTURA GRAMATICAL E EM SUA DIMENSÃO LÓGICO-SEMÂNTICA.....	31
ORTOGRAFIA OFICIAL	31
ASPECTOS FONOLÓGICOS QUE INCIDEM SOBRE A ACENTUAÇÃO GRÁFICA	33
■ MORFOLOGIA: A PALAVRA – ESTRUTURA, FORMAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FLEXÃO E EMPREGO.....	33
■ SINTAXE: A FRASE, A ORAÇÃO E O PERÍODO	50
PERÍODO SIMPLES	51
PERÍODO COMPOSTO - RELAÇÕES SINTÁTICAS ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO E ENTRE ORAÇÕES	57
REGÊNCIA NOMINAL.....	61
SINTAXE DE CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL	63
■ A CRISE.....	69
■ PONTUAÇÃO.....	72
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	83
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	83
NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....	117
■ NOÇÕES DE HARDWARE: PERIFÉRICOS, CPU, MEMÓRIAS E DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA.....	117

■ MICROSOFT WINDOWS (VERSÃO 10)	120
CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS	121
ÁREA DE TRABALHO	122
ÁREA DE TRANSFERÊNCIA.....	124
MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS	124
USO DOS MENUS	127
PROGRAMAS E APLICATIVOS.....	128
■ MICROSOFT WORD (VERSÃO 2019)	134
ESTRUTURA BÁSICA DOS DOCUMENTOS, EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE TEXTOS	134
CABEÇALHOS, PARÁGRAFOS, FONTES, COLUNAS, MARCADORES SIMBÓLICOS E NUMÉRICOS	137
TABELAS, IMPRESSÃO, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, LEGENDAS, ÍNDICES, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS, CAIXAS DE TEXTO	139
■ MICROSOFT EXCEL (VERSÃO 2019).....	146
ESTRUTURA BÁSICA DAS PLANILHAS, CONCEITOS DE CÉLULAS, LINHAS, COLUNAS, PASTAS E GRÁFICOS	146
ELABORAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS, USO DE FÓRMULAS, FUNÇÕES E MACROS, IMPRESSÃO, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, OBTENÇÃO DE DADOS EXTERNOS, CLASSIFICAÇÃO DE DADOS.....	152
■ MICROSOFT POWER POINT (VERSÃO 2019).....	156
ESTRUTURA BÁSICA DAS APRESENTAÇÕES, CONCEITOS DE SLIDES, ANOTAÇÕES, RÉGUA, GUIAS, CABEÇALHOS E RODAPÉS.....	157
NOÇÕES DE EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES, INSERÇÃO DE OBJETOS, NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, BOTÕES DE AÇÃO, ANIMAÇÃO E TRANSIÇÃO ENTRE SLIDES.....	159
■ INTERNET.....	163
NAVEGAÇÃO NA INTERNET: MANUTENÇÃO DOS ENDEREÇOS FAVORITOS E UTILIZAÇÃO DO HISTÓRICO	164
CONCEITOS DE URL	167
LINKS	168
SITES	169
BUSCA	170
IMPRESSÃO DE PÁGINAS	172

CONHECIMENTOS GERAIS.....	177
■ POLÍTICA E ECONOMIA NO ESPAÇO NACIONAL	177
■ POLÍTICA E ECONOMIA NO ESPAÇO MUNDIAL	190
OS BLOCOS ECONÔMICOS E AS POTÊNCIAS GLOBAIS E REGIONAIS NO SISTEMA INTERNACIONAL	195
■ DISPUTAS INTERIMPERIALISTAS E TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO CAPITALISTA.....	198
■ ORGANISMOS INTERNACIONAIS	209
■ GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO.....	209
■ CONFLITOS ÉTNICOS, POLÍTICOS E RELIGIOSOS ATUAIS	214
■ EXPLORAÇÃO E USOS DOS RECURSOS NATURAIS E OS DESAFIOS GEOPOLÍTICOS DO SÉCULO XXI.....	215
■ RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE O BRASIL E O MUNDO	223
■ O ESPAÇO BRASILEIRO: POPULAÇÃO, ECONOMIA E URBANIZAÇÃO	225
■ QUESTÃO AMBIENTAL: PROBLEMAS AMBIENTAIS, DEGRADAÇÃO E CONSERVAÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL	234
CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ	241
■ O TERRITÓRIO DO PIAUÍ.....	241
CARACTERÍSTICAS GERAIS E SOCIOECONÔMICAS, FORMAÇÃO HISTÓRICA E DINÂMICAS RECENTES	241
ASPECTOS NATURAIS DO PIAUÍ: RELEVO, CLIMA, VEGETAÇÃO E HIDROGRAFIA	246
O ESPAÇO PIAUIENSE E EXPLORAÇÃO E USOS DOS RECURSOS NATURAIS NO PIAUÍ: POPULAÇÃO, ECONOMIA, URBANIZAÇÃO	251
O ESPAÇO AGRÁRIO PIAUIENSE	255
QUESTÃO AMBIENTAL NO PIAUÍ: PROBLEMAS AMBIENTAIS, DEGRADAÇÃO E CONSERVAÇÃO.....	256
CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	263
■ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	263
■ DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	266
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	267
DOS DIREITOS SOCIAIS	288

DA NACIONALIDADE	295
■ DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	298
■ DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	315
■ DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	329
SEGURANÇA PÚBLICA	329
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ.....	337
■ DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	337
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	337
■ DOS SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES DO ESTADO	341
■ DO PODER JUDICIÁRIO	344
DA JUSTIÇA MILITAR.....	344
■ DA SEGURANÇA PÚBLICA	345
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	346
DA POLÍCIA CIVIL	346
DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	347
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO.....	353
■ ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PODERES, ORGANIZAÇÃO, NATUREZA, FINS E PRINCÍPIOS.....	353
CONCEITOS E ELEMENTOS	353
■ ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO.....	358
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	366
■ PODERES ADMINISTRATIVOS.....	379
USOS E ABUSO DO PODER.....	380
PODER HIERÁRQUICO	381
PODER DISCIPLINAR.....	382
PODER REGULAMENTAR	383
PODER DE POLÍCIA.....	384
■ CONTROLE E RESPONSABILIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.....	386

CONTROLE ADMINISTRATIVOS.....	386
CONTROLE JUDICIAL	390
CONTROLE LEGISLATIVO	393
■ RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	396
■ SANÇÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, DE QUE TRATA O § 4º DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (LEI Nº 8.429/1992, ALTERADA PELA LEI 14.230/2021).....	408

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE TEXTOS DE GÊNEROS DIVERSOS CONSIDERADOS EM SUAS RELAÇÕES SEMÂNTICO-GRAMATICAIS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

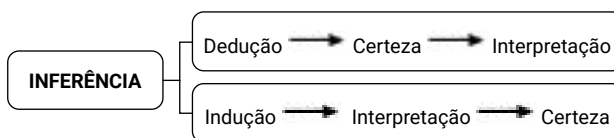
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, conseqüentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

NOÇÕES DE HARDWARE: PERIFÉRICOS, CPU, MEMÓRIAS E DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA

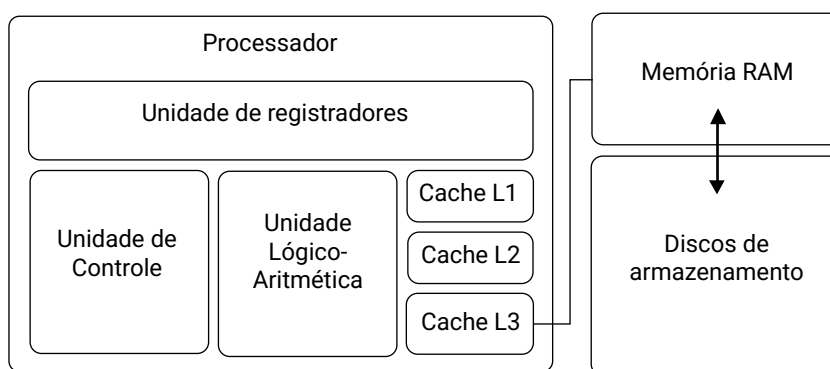
Existem várias formas de classificação do hardware, seja por meio da conexão, da natureza do componente, da utilização etc. Veja a seguir uma tabela, item por item, com os componentes de um computador, focando na conexão do componente e dicas relacionadas.

Dica

O processador do computador é o item mais questionado de hardware por todas as bancas organizadoras.

COMPONENTE INTERNO	DESCRIÇÃO	CONEXÃO E DICA
Processador	Principal item do computador. Instalado na placa mãe	Cérebro do computador, composto de três unidades: unidade lógica e aritmética ¹ , a unidade de controle ² e a unidade de registradores ³
Cache L1	Memória rápida nível 1 (level 1)	Próximo ao núcleo do processador
Cache L2	Memória rápida nível 2 (level 2)	Na borda do processador, próximo à memória RAM ⁴
Cache L3	Memória rápida nível 3 (level 3)	Na borda do processador, próximo à memória RAM. Alguns processadores novos possuem cache L3
Memória RAM	Memória principal	Adicionada nos <i>slots</i> de expansão da placa mãe, banco de memórias. Ela é temporária, volátil, de acesso aleatório

A seguir, vejamos um esquema do processador e seus componentes internos.



COMPONENTE INTERNO	DESCRIÇÃO	CONEXÃO E DICA
Placa-Mãe	Recebe os componentes internos instalados no computador	<i>Motherboard</i> . A velocidade do barramento determina quais componentes podem ser adicionados

1 ULA, unidade matemática, unidade lógico-artmética, coprocessador automático.

2 Responsável pela busca da próxima instrução (que será executada) e decodificação.

3 Armazena os valores de entrada e saída das operações.

4 RAM – *Random Access Memory* – memória de acesso aleatório ou randômico. Conhecida como memória principal.

CONHECIMENTOS GERAIS

POLÍTICA E ECONOMIA NO ESPAÇO NACIONAL

A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL

Economia Colonial e Expansão do Território

A formação do espaço geográfico pode ser definida com base nas relações de poder que são estabelecidas por meio dos diversos modos de produção e podem ser motivadas por fatores sociais, políticos e econômicos (internos e externos) condicionados ao longo do tempo.

A formação de Estados com governos centralizados (fruto de alianças entre reis e a classe burguesa) provocou a formação de espaços geograficamente mais integrados. Nesse período, começava a articulação do modo de produção capitalista, ou seja, a alteração das relações servis por um sistema assalariado.

A chegada dos colonizadores europeus na América provocou desorganização e desestruturação do espaço nativo existente, além da instalação de um processo de colonização e exploração, com total submissão política e econômica aos interesses da metrópole (conhecido como mercantilismo e oficializado por meio do Pacto Colonial, o qual estabelece que a colônia só podia manter relações comerciais com sua respectiva metrópole). Sendo assim, essa mercantilização da produção provocou a criação de espaços geográficos distintos, separados por uma hierarquia colonial, estabelecida pelo pacto citado anteriormente.

Até os anos 1930 do século XX, a economia brasileira foi predominantemente agroexportadora, com base na relação escravista de trabalho, que perdurou até 1888, com a assinatura da Lei Áurea, que aboliu oficialmente a escravidão no país.

O Brasil Colônia tinha como principal função servir como um complemento da economia da metrópole europeia. Aqui, houve uma ocupação do litoral em maior escala, em detrimento da ocupação das porções interiores do território no início da colonização, fato que proporcionou desigualdades regionais que podem ser observadas até os dias atuais.

O sistema de *plantation* (latifúndios com a prática da monocultura de gêneros tropicais) pautava a macroeconomia nacional. Dessa forma, o Brasil constituiu-se em um espaço geográfico periférico dentro do sistema de acúmulos de capitais e riquezas nessa fase do capitalismo mercantilista.

A economia colonial baseava-se no trabalho compulsório, no início com a mão de obra escravizada indígena e depois com o trabalho escravizado de africanos. No contexto internacional da época, a economia estava integrada ao processo de expansão do capitalismo mercantil e era caracterizada por ciclos produtivos.

O primeiro ciclo econômico colonial foi o do pau-brasil, presente na região da Mata Atlântica e cuja seiva era usada no processo de tingimento de tecidos e com a madeira sendo usada na produção de móveis. Esse modelo de exploração durou até por volta de 1555, quando começou a ocorrer escassez de matéria-prima e elevação do custo, fatores que diminuíram o interesse dos colonizadores por esse tipo de comércio.

A partir de 1530 um novo ciclo econômico, ligado à produção açucareira, teve início. Com grande destaque nos séculos XVI e XVII, na região conhecida como Zona da Mata nordestina, onde há a presença do solo massapé (um tipo de solo muito rico em nutrientes), a cana-de-açúcar foi um produto extremamente importante, e sua produção era voltada exclusivamente para o mercado europeu.

Nesse período, devido ao crescimento populacional, inicia-se uma diversificação da produção para atender à demanda de consumo do mercado interno, porém nada que substituísse totalmente os grandes produtos da economia brasileira. Nesses espaços secundários que se formaram, podemos destacar as produções de tabaco, algodão e cacau, em especial nas regiões do Recôncavo Baiano, do Sertão Nordeste e do sul da Bahia.

A estrutura produtiva era moldada de acordo com as necessidades. Nas grandes propriedades existia um complexo de produção constituído por engenho, casa-grande, senzala e áreas destinadas para a pecuária, enquanto nas pequenas e médias propriedades o modelo dominante era a subsistência, que visava atender aos interesses de pequenos grupos que habitavam as imediações das macroestruturas produtivas.

A sociedade era patriarcal e escravagista, e o senhor de engenho tinha grande influência na vida política e na economia. A concorrência da cana-de-açúcar produzida nas Antilhas contribuiu para a decadência desse ciclo econômico. A região da Zona da Mata nordestina entra, portanto, em processo de marginalização dentro da estrutura econômica brasileira, principalmente após a transferência da força produtiva para a Região Sudeste.

O mapa a seguir mostra os principais ciclos econômicos desenvolvidos no período colonial, com um maior destaque para as atividades realizadas durante o século XVIII.

É importante destacar atividades que foram desenvolvidas de forma paralela, porém simultânea, como, por exemplo, a pecuária, que exerceu papel extremamente importante no processo de interiorização do país.

CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ

O TERRITÓRIO DO PIAUÍ

CARACTERÍSTICAS GERAIS E SOCIOECONÔMICAS, FORMAÇÃO HISTÓRICA E DINÂMICAS RECENTES

Ao iniciar o estudo da geografia do estado do Piauí, é fundamental compreender sua localização e características territoriais.

O estado integra a Região Nordeste do Brasil, juntamente com:

- Alagoas (AL);
- Bahia (BA);
- Ceará (CE);
- Maranhão (MA);
- Paraíba (PB);
- Pernambuco (PE);
- Rio Grande do Norte (RN); e
- Sergipe (SE).

Situado na porção noroeste da Região Nordeste, o Piauí faz fronteira:

- a leste, com os estados do Ceará e de Pernambuco;
- ao sul e sudeste, com a Bahia;
- a sudoeste, com Tocantins;
- a oeste, com o Maranhão; e
- ao norte, é banhado pelo Oceano Atlântico.

O estado do Piauí tem uma área territorial de aproximadamente 251.755,481 km², o que corresponde a cerca de 2,95% do território nacional, estimado em 8.510.417,822 km². Com essa extensão, o Piauí é o 11º maior estado do Brasil em termos de área.

No contexto da Região Nordeste, o Piauí ocupa 16,2% da área total regional, que é de 1.548.672 km², sendo o terceiro maior estado da região, ficando atrás apenas da Bahia, com 564.760,429 km², e do Maranhão, com 329.651,495 km².

É, portanto, maior em extensão territorial do que todos os demais estados nordestinos.

Para fins de comparação:

- **Ceará:** 148.894,447 km²;
- **Pernambuco:** 98.067,877 km²;
- **Paraíba:** 56.467,242 km²;
- **Rio Grande do Norte:** 52.809,601 km²;
- **Alagoas:** 27.830,661 km²;
- **Sergipe:** 21.938,188 km².



Localização do Piauí no Brasil. Fonte: Wikimedia Commons.

FORMAÇÃO TERRITORIAL

Processo de Formação

A formação territorial do Piauí insere-se em um processo mais amplo de ocupação do interior do Brasil colonial, marcado pela expansão da pecuária e pela atuação de frentes econômicas oriundas, sobretudo, da Bahia e de Pernambuco.

A trajetória histórica do estado evidencia a centralidade da atividade pecuária na organização do espaço, na constituição dos núcleos de povoamento e na delimitação de suas fronteiras territoriais.

Nesse contexto, destacam-se agentes privados, como a Casa da Torre, e figuras como Domingos Afonso Mafrense, que protagonizaram o avanço sobre o sertão por meio de empreendimentos voltados à criação de gado, moldando a configuração socioespacial piauiense.

Fausto (2019) destaca que, apesar da chegada dos portugueses ao território que viria a se tornar o Brasil em 1500, a colonização efetiva somente teve início na década de 1530. Nesse contexto, a principal atividade econômica era a extração do pau-brasil.

A transição para uma ocupação mais estruturada foi impulsionada pela expedição de Martim Afonso de Sousa, entre 1530 e 1533, que expressava o novo interesse da Coroa em promover o povoamento, inclusive por meio da concessão de terras inicialmente não hereditárias (Fausto, 2019).

No entanto, o autor ressalta que a decisão de implantar o sistema de capitanias hereditárias já havia sido tomada por dom João antes da chegada da expedição, o que levou à divisão do território em 15 capitanias, repassadas a 12 capitães-donatários, em geral membros da pequena nobreza, burocratas e comerciantes com vínculos estreitos com a Coroa (Fausto, 2019).

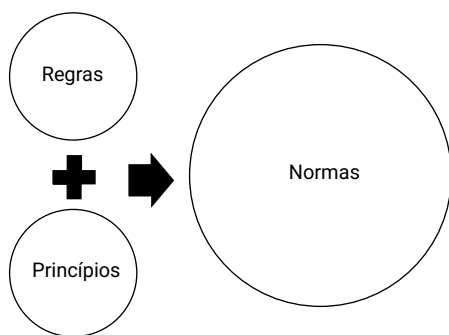
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

CONCEITO E NATUREZA

Antes de adentrarmos propriamente no tema, é importante esclarecer um ponto que já foi objeto de prova: princípios, regras e normas se distinguem.

Há o gênero normas, do qual decorrem as espécies regras e princípios. As normas são amplas, abarcando, assim, a natureza abstrata dos princípios e a concretude das regras.



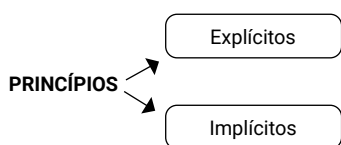
Os princípios são um alicerce de um sistema, uma estrutura básica do ordenamento jurídico, trazendo, também, uma melhor orientação à interpretação de um texto constitucional, que não pode ser feita de forma isolada, mas, sim, levando em consideração todo o contexto.

Os princípios constitucionais podem ser **explícitos** ou **implícitos**. Os princípios explícitos são aqueles que estão de forma expressa no Texto Constitucional (escritos).

Já os implícitos são obtidos por meio de uma construção lógica, estando subentendidos no texto mesmo não aparecendo expressamente.

Como exemplo de princípios explícitos, podemos citar os princípios do art. 37 da CF, os quais dizem respeito à Administração Pública.

Já quanto aos princípios implícitos, podemos citar o princípio da supremacia do interesse público, o qual, apesar de não ser encontrado expressamente na CF, é estritamente observado pelo poder público.



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Os princípios fundamentais são mandamentos que vão influenciar em toda a ordem jurídica.

Por exemplo, é nesse momento que o Texto Constitucional formaliza a relação entre **povo, governo e território**, elementos estes que são requisitos para a constituição de um Estado.

Além disso, servem como norte para outras normas e estão localizados no Título I da CF, de 1988, o qual é composto por quatro artigos.

Note que é nesses artigos que se proclama o regime político democrático com fundamento na soberania popular e na garantia da separação de função entre os governos.

Além disso, neles também são determinados os valores e diretrizes para o ordenamento constitucional.

Salientamos, antes de adentrarmos especificamente nos referidos artigos, que muitas questões de prova cobram do examinando um conhecimento prévio correlacionando a distinção do que são fundamentos (art. 1º), objetivos (art. 3º) e princípios (art. 4º).

Repare que, no parágrafo anterior, não foi exposto o art. 2º, mas isso se deu de forma proposital, tendo em vista que o examinador, muitas vezes, tenta confundir o candidato com o rol dos artigos anteriormente mencionados.

Para tanto, utilizaremos alguns mnemônicos ao longo das explicações, começando logo por “FOP” (fundamentos, objetivos, princípios).

Observe que esse mnemônico obedece à ordem alfabética, estando também em conformidade com a ordem dos artigos da Constituição (F-1º; O-3º; P-4º).

Assim, quando a questão mencionar algo relacionado a fundamentos, lembre-se de que estará se referindo ao exposto no art. 1º; quando mencionar objetivos, ao art. 3º; e, quando mencionar princípios, ao art. 4º. Não se esqueça também de que o art. 2º não entra como referência nesse mnemônico.

FUNDAMENTOS

Os fundamentos contidos no art. 1º da CF, de 1988, servem como base para todo o ordenamento jurídico, pois se referem aos valores de formação da República Federativa do Brasil — veja a importância do artigo, não somente em relação à Constituição, mas para toda a ordem jurídica do Estado.

Assim, vejamos o referido dispositivo:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Dica

Para auxiliá-lo na memorização dos mencionados fundamentos, guarde o mnemônico “SO-CI-DI-VA-PLU”:

- Soberania;
- Cidadania;
- Dignidade;
- Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- Pluralismo político.

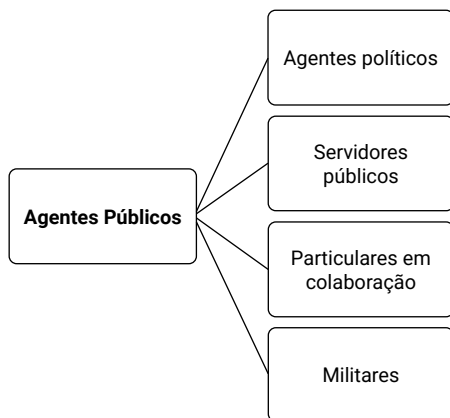
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As disposições acerca dos Servidores Públicos Militares encontram-se no Título III da Constituição (Organização do Estado e dos Municípios), na parte atinente à Administração Pública. O capítulo que trata da Administração Pública abrange os arts. 39 a 58. Na realidade, esses artigos repetem, em grande parte, as normas do art. 37 da CF, de 1988.

Para que a Administração Pública possa desempenhar suas atividades, ela necessita de pessoas que exerçam as atribuições dos órgãos públicos, ou seja, de agentes públicos. A expressão agente público é utilizada como gênero, designando toda e qualquer pessoa que exerça uma função pública, quer de forma remunerada ou gratuita, quer de natureza política ou administrativa, quer com investidura definitiva ou transitória.

Os agentes públicos dividem-se em quatro categorias:



Os **agentes políticos** são aqueles que exercem as típicas atividades de **governo**, ou seja, os responsáveis por fixar as metas e diretrizes políticas do Estado, tais como os chefes do Poder Executivo (Presidente, Governador, Prefeito e seus vices), os auxiliares diretos (Ministros e Secretários) e os membros do Poder Legislativo (Senadores, Deputados federais, Deputados estaduais e Vereadores).

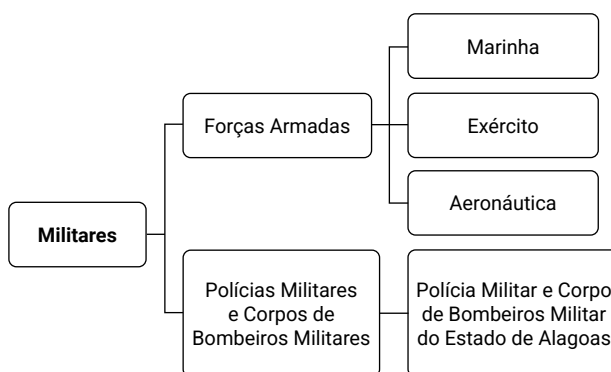
Os **particulares em colaboração com o Poder Público** são aqueles que prestam serviços ao Estado, porém sem vínculo estatutário ou celetista de trabalho, podendo ou não ter remuneração. Exemplos: jurados, mesários, notários e registradores (serviços notariais).

Os **servidores públicos civis** dividem-se em:

- **Servidores públicos estatutários:** exercem cargo público (vitalício, efetivo ou comissionado) e estão vinculados a um estatuto;
- **Empregados públicos:** possuem emprego público e vinculam-se às regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- **Servidores temporários:** categoria à parte, porque não titularizam cargo público, nem possuem qualquer vínculo trabalhista regido pela CLT, como os empregados públicos. São contratados por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, por meio de um processo de seleção simplificado. Exercem funções públicas sem ocuparem cargos ou empregos públicos e são regidos por regime especial, veiculado por meio de lei específica.

Os **militares**, também denominados de servidores públicos militares, dividem-se em:

- **Forças Armadas:** são integradas pela **Marinha**, **Exército** e **Aeronáutica**, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob autoridade suprema do Presidente da República, destinadas à defesa da Pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um deles (Executivo, Legislativo e Judiciário), à defesa da lei e da ordem;
- **Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares:** órgãos responsáveis pela **segurança pública**, aos quais competem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, além das atribuições decorrentes da atividade de defesa civil.



DA DISPOSIÇÕES GERAIS

As Disposições Gerais do capítulo atinente à Administração Pública engloba os arts. 39 a 52 da Constituição Estadual. Vejamos cada um deles:

Art. 39 A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A **Administração Pública** desempenha as atividades administrativas de duas formas: direta e indireta. Na forma **direta**, a pessoa política desempenha funções pelos próprios órgãos, já na **indireta**, a pessoa política desempenha funções por meio de entidades criadas. Desse modo, fazem parte da Administração Direta Estadual o Estado piauiense e seus municípios, enquanto fazem parte da Administração Indireta Estadual as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PODERES, ORGANIZAÇÃO, NATUREZA, FINS E PRINCÍPIOS

O estudo do direito administrativo exige uma compreensão dos conceitos fundamentais que estruturam o Estado, governo e Administração Pública. A partir dessa base, é possível explorar os elementos que os constituem, suas finalidades, Poderes e princípios, de modo a delimitar as funções, bem como a organização do Estado em sua totalidade.

CONCEITOS E ELEMENTOS

O Estado é a organização política que exerce poder soberano e originário sobre um determinado território e povo. Sua formação pode ocorrer de diferentes maneiras, como por via natural, religiosa, contratual ou pela força e domínio. Outras formas também podem originar de modo derivado, como a união de dois Estados soberanos para formar um novo Estado; a divisão de um Estado em dois ou mais outros, independentes; e de maneira atípica, como nos casos do Vaticano e de Israel.

Posto isto, cabe ressaltar que o Estado é reconhecido como uma pessoa jurídica de direito público, dotado de prerrogativas e deveres específicos para a promoção do bem comum. A natureza é essencialmente política, pois surge da necessidade de governar grandes populações em territórios extensos, consolidando o chamado contrato social.

Conforme Dalmo de Abreu Dallari (*apud* Lenza, 2019), o Estado é definido como “[...] a ordem jurídica soberana, que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território”. Essa definição traz à tona os quatro elementos essenciais do Estado: soberania, finalidade, povo e território, os quais podem ser assim descritos:

- **Soberania:** trata-se do poder político supremo e independente, que confere ao Estado a capacidade de criar e aplicar normas dentro de seu território, sem subordinação a qualquer outro poder;
- **Finalidade:** o objetivo tardio do Estado é a promoção do bem comum, assegurando condições para o desenvolvimento pleno da pessoa humana;
- **Povo:** constituído pelos indivíduos que compõem a nação, vinculados ao território e entre si por laços jurídicos e de nacionalidade;
- **Território:** o espaço físico onde o Estado exerce sua soberania, permitindo a organização e a permanência de sua população.

A Constituição Federal, de 1988, no art. 18, trata da organização político-administrativa do Estado brasileiro, estabelecendo sua divisão em União, estados-membros, Distrito Federal e municípios, todos dotados de autonomia política e administrativa.

A Teoria da Separação dos Poderes

A organização interna do Estado fundamenta-se na teoria da separação dos Poderes, concebida por Montesquieu, que visa à independência e harmonia entre as funções estatais, divididas em Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Esse modelo, conhecido como teoria tripartite, é adotado para evitar abusos de poder e garantir o equilíbrio institucional.

Cada Poder exerce funções específicas:

- **Poder Legislativo:** responsável por elaborar, modificar ou revogar as normas jurídicas, sempre nos limites impostos pela Constituição;
- **Poder Executivo:** encarregado da administração do Estado, atuando na execução das leis e na gestão dos interesses públicos, em conformidade aos ditames legais;
- **Poder Judiciário:** exercita a jurisdição, aplicando o direito em casos concretos por meio de processos judiciais, garantindo a justiça e a resolução de conflitos.

GOVERNO: CONCEITO E FUNÇÕES

O governo pode ser definido como a condução política dos negócios públicos, sendo a expressão da soberania do Estado. Trata-se do conjunto de órgãos e funções, orientados para o comando e direção das ações que concretizam os objetivos estatais.

Em sua essência, o governo atua como representante político do Estado, exercendo uma função discricionária e independente. As políticas públicas são definidas por meio do governo, bem como os rumos estratégicos da sociedade, diferenciando-se da Administração Pública, que se ocupa da execução das políticas estabelecidas.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ORGANIZAÇÃO E FUNÇÕES

A Administração Pública é o aparato técnico e funcional do Estado, responsável por implementar as decisões políticas do governo. Pode ser compreendida sob dois aspectos principais: sentido formal e sentido material.

Sentido Formal

Nesse espectro, o sentido formal refere-se ao conjunto de órgãos, entidades e estruturas instituídos pelo Estado para desempenhar as funções administrativas. Aqui, o foco está na organização administrativa em si, ou seja, nas instituições que compõem o aparato público.

Alguns exemplos são:

- **Ministérios:** o Ministério da Saúde, responsável pela formulação de políticas públicas de saúde, é uma entidade que integra a Administração Pública direta;

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO